



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: 0001872-84.2012.8.26.0566

Classe - Assunto Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86)

Requerente: Paulo Roberto da Silva

Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini

Vistos.

Paulo Roberto da Silva, qualificado nos autos, ajuizou *pedido de auxílio doença acidentário* em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, igualmente qualificado nos autos, aduzindo, em síntese, que:

1. Exercia a função de "estoquista júnior" na empresa "Puras do Brasil Sociedade Anônima", terceirizada da Volkswagen do Brasil;
2. Era responsável pelo recebimento e armazenamento das mercadorias (arroz, feijão, carnes, verduras, legumes e frutas) da empresa Volkswagen;
3. Seu labor exigia força física incompatível com a sua estrutura física, em desacordo com a legislação vigente (normas regulamentadoras em matéria de prevenção de doenças e acidentes do trabalho);
4. Aos 26 de junho de 2010, em razão da somatória de impactos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

sobre a coluna lombar veio a sofrer um "travamento" e, em consequência foi imobilizado na enfermaria da Volkswagen e, posteriormente, foi atendido na Unimed local;

5. Esteve afastado por auxílio-doença previdenciário algumas vezes;
6. Foi diagnosticado com "hérnia discal posterior em região lateral direita de L4-L5, tocando o saco dural regional";

Batalha pela condenação do instituto réu ao pagamento do benefício auxílio-doença acidentário a contar da alta médica (24/07/2011).

Juntou documentos (fls. 12/42).

Contestou o INSS pugnando pela improcedência do pedido.

Juntou documentos (fls. 57/60).

Réplica às fls. 65.

Laudo médico pericial a fls. 121/125, em que a perita solicitou a vinda aos autos do PPP (perfil profissiográfico previdenciário durante o vínculo com a empresa "Puras do Brasil").

Sobre o laudo manifestou-se o instituto réu a fls. 136/138. O autor não se manifestou.

A antiga empregadora do obreiro não foi localizada, razão pela qual se expediu ofício à Volkswagen do Brasil que informou a fls. 181 que não poderia cumprir a ordem judicial, já que o autor nunca fez parte do seu quadro de funcionários.

Insistiu o autor, em manifestação a fls. 189/191, com a expedição de ofício à Volkswagen para o fornecimento do Laudo Técnico de condições ambientais de trabalho (LTCAT).

Colacionado aos autos a documentação referente ao Programa de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA (fls. 216/305).

Em manifestação a fls. 132 o autor requereu a designação de audiência para oitiva de testemunhas.

Esclarecimentos da Sra. Perita a fls. 326/327.

Sobre os esclarecimentos manifestou-se o autor a fls. 332/343. O instituto réu não se manifestou.

Designada audiência de instrução, foi colhida a prova oral.

Alegações finais pelo autor a fls. 354/359. O instituto réu não os apresentou.

É o relatório.

FUNDAMENTO E DECIDO.

O pedido do autor é de concessão de auxílio doença acidentário.

O auxílio-doença acidentário é previsto no art. 61 da Lei 8.213/91 e trata-se de benefício pecuniário de prestação continuada (91% do valor do salário de benefício), possui prazo indeterminado, e está sujeito à revisão periódica, sendo pago mensalmente ao acidentado urbano ou rural, que sofreu acidente do trabalho ou doença advinda das condições de trabalho e apresenta incapacidade transitória para exercer seu labor.

No caso em tela a prova pericial concluiu que o autor foi diagnosticado com hérniação discal L4-L5 à direita tocando o saco dural e saliência posterior do disco em L5-S1. A senhora perita esclareceu às folhas 121/125 que: *"pode-se afirmar que as alterações presentes em L4-L5 E L5-S1, embora não o inviabilize ao trabalho remunerado a terceiros, lhe impõe restrição preventiva à realização de atividades de natureza excessivamente pesadas e que demandem flexo-extensão constante lombar com carga. Outrossim, ressalte-se que o periciando reúne capacidade funcional*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

aproveitável para demais tarefas de natureza moderada/leve como meio à sua subsistência". Na sequência concluiu a profissional: "... Conclui-se que o nexo causal no presente caso pode ser plausível, mas desde que comprovada a realização de esforço físico com carga e sobrecarga à coluna lombar no exercício da atividade de estoquista jr mediante a vinda aos autos do PPP (perfil profissiográfico profissional durante o vínculo da "Puras do Brasil").

A expert esclareceu às folhas 326/327, com base na documentação colacionada aos autos (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA) que o autor "funcionário único nessa atividade - fls. 218, compreendia recebimento, estocagem e expedição dentre outras tarefas (fls. 221) e que ainda que se analise a somatória das tarefas exercidas para essa atividade, pode-se inferir a não realização de atividades pesadas de forma contínua". Esclareceu ainda: "a data de admissão do autor em 07/05/09 e o início do sintoma lombar após esforço em 15/06/2010 caracteriza episódio isolado após um evento único desencadeador, mas não contempla a realização de atividades pesadas e/ou repetitivas com emprego de grande esforço físico de forma contínua e, assim afasta nexo causal com base nos documentos de fls. 213/305".

Em que pese a conclusão a que chegou a expert, descreveu pormenorizadamente o quanto um diagnóstico de herniação em L4-L5 E L5-S1 pode afetar a saúde do empregado ao sugerir: "... embora não o inviabilize ao trabalho remunerado a terceiros, lhe impõe restrição preventiva à realização de atividades de natureza excessivamente pesadas e que demandem flexo-extensão constante lombar com carga. Assim sendo, pode se afirmar que o autor, de forma preventiva, não deverá se expor à realização de atividades excessivamente pesadas, sob risco de agravamento do quadro


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

da coluna lombo-sacra. Outrossim, ressalte-se que o periciando reúne capacidade funcional aproveitável para demais tarefas de natureza moderada/leve como meio à sua subsistência".

Concluiu portanto, que o autor tem mais dificuldades para realização de atividades laborativas. Esse não é um quadro temporário, mas permanente.

A testemunha arrolada pelo autor, Amélia Ferreira da Silva afirmou que o autor exercia a função de estoquista e armazenava as carnes, os "hortifrúteis", o arroz e o feijão que chegavam às segundas, quartas e sextas-feiras. Afirma ainda tal testemunha que ele carregava as cargas mais pesadas às segundas terças e quartas, recebia as carnes e as levava para dentro da câmaras, mas depois quando o açougueiro ia manipular a carne ele tinha que tirar da câmara e levar para o açougue para que ficasse no processo de descongelamento, não possuindo carrinho para transporte".

O nexo causal, destarte, está presente.

O benefício a ser concedido, contudo, é outro. Trata-se de conceder auxílio acidente.

Como se sabe, nos termos do art. 86, o auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

§ 1º O auxílio-acidente mensal corresponderá a cinquenta por cento do salário-de-benefício e será devido, observado o disposto no § 5º, até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado. § 2º O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

auferido pelo acidentado, vedada sua acumulação com qualquer aposentadoria.

Essa é a situação do autor.

Não há, de qualquer modo, obstáculo à concessão de benefício diverso do que requerido.

Nesse sentido: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO ACIDENTÁRIA. Alegação de nulidade do Acórdão, porque "extra petita", em razão da concessão de benefício diverso do requerido pelo segurado. Descabimento. A flexibilização do princípio da congruência é matéria pacífica na doutrina e jurisprudência em matéria previdenciária. Embargos rejeitados. (TJSP; Embargos de Declaração 4000759-22.2012.8.26.0309; Relator (a): Nuncio Theophilo Neto; Órgão Julgador: 17ª Câmara de Direito Público; Foro de Jundiaí - 6ª Vara Cível; Data do Julgamento: 21/02/2017; Data de Registro: 03/03/2017).

Enfim, no mais, é inquestionável o prejuízo funcional experimentado pelo autor em razão das seqüelas decorrentes de acidente do trabalho.

Registre-se a lição doutrinária de que "no âmbito das ações acidentárias a autarquia vem criando teses absurdas para evitar o pagamento de auxílio acidente, agora no percentual único de 50%. Uma delas é a de que apenas cabe o benefício quando há necessidade de mudança de função e não apenas necessidade de dispêndio de maior esforço para exercê-la. (...)" (Monteiro, Antônio Lopes e Bertagni, Roberto Fleury de Souza, in "Acidente do Trabalho e Doenças Ocupacionais", 3ª ed., Ed. Saraiva, 2005, p. 41).

No mesmo sentido: "Qualquer alteração anatômica ou funcional prejudica o conjunto harmonioso da mão, dificultando a sua atividade, razão



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pela qual, para suprir a perda de parte da função, o trabalhador tem necessidade do emprego de maior esforço físico para a realização do seu mister " (2o TAC-SP - El nº 471.989 - 1a Câ. - Rel. Juiz Renato Sartorelli - j. 12.5.97).

O pressuposto para o reconhecimento do direito ao benefício acidentário é a presença do nexo etiológico entre a incapacidade derivada do, ou no, exercício profissional e comprovada a redução da capacidade laborativa decorrente de acidente, justifica-se a concessão do auxílio-acidente de 50% do salário de benefício.

Presentes os pressupostos legais e provada a incapacidade parcial e permanente da parte autora, para o exercício de atividade laboral, impõe-se a concessão de auxílio-acidente.

Em face do exposto, julgo procedente o pedido, concedendo auxílio acidentário a partir do dia seguinte ao da última alta médica indevida, a ser calculado de acordo com o que dispõe o art.86 da Lei 8.213/91.

Sem custas, dada a isenção *ex vi legis* da autarquia. O termo inicial do benefício, nos termos do art. 86, § 2º, da Lei nº 8.213/91, deve ser o dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença.

Os juros de mora, nos termos da Súmula nº 204 do Superior Tribunal de Justiça, são contados da citação.

Quanto aos honorários advocatícios, é pacífica sua fixação em percentual sobre o total das prestações vencidas até a sentença, nos termos da Súmula 111, do STJ, *verbis*: "Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre as prestações vencidas após a sentença."

Também nesse sentido: HONORÁRIOS DE ADVOGADO - Fixação - Ação acidentária - Limitação à data da prolação da sentença -



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Necessidade - Arbitramento em quinze por cento como forma condigna de remunerar o trabalho do causídico - Possibilidade - Recurso parcialmente provido. (Apelação nº 542.434-5/1 - Mauá - 17ª Câmara de Direito Público - Relator: Antônio Moliterno - 9.5.06 - V.U. - Voto nº 1.978).

Dada a sucumbência preponderante da autarquia, condeno-a, destarte, ao pagamento de honorários para o advogado da autora, arbitrados em 10% sobre o valor das prestações vencidas.

Recurso oficial determinado dada a iliquidez da condenação.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 26 de janeiro de 2018.

Juiz(a) Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA